

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA  
LINCENCIATURA EM ANTROPOLOGIA**

**Limites para além das Fronteiras administrativas: Uma análise das  
relações entre um grupo de residentes de Namaacha, Moçambique e  
Lomahasha, Swazilândia e entre Macuacua, Moçambique e  
Mbuzine, África do Sul**

**Candidata:** Luísa Agostinho Majaia

**Supervisor:** Emídio Vieira Salomone Gune

Maputo, Agosto de 2015

**Limites para além das Fronteiras administrativas: Uma análise das relações entre um grupo de residentes de Namaacha, Moçambique e Lomahasha, Swazilândia e entre Macuacua, Moçambique e Mbuzine, África do Sul**

Trabalho de Culminação de Estudos na modalidade de projecto de pesquisa submetido ao Departamento de Arqueologia e Antropologia como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

Candidata: Luísa Agostinho Mabjaia

---

**O Supervisor**

---

**O Presidente**

---

**O Oponente**

---

Maputo, Agosto de 2015

## **Declaração de originalidade**

Declaro que este relatório de pesquisa nunca foi apresentado na essência ou parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico, e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

---

Luísa Agostinho Majaia

Maputo, Agosto de 2015

### **Dedicatória**

Ao meu esposo Francisco;  
Aos meus filhos Larson e Júnior;  
A mãe Lídia e todos meus irmãos.

## **Agradecimentos**

A todos os docentes do DAA em especial os que passaram pela minha turma, por todos ensinamentos que durante o percurso do curso souberam transmitir para a minha formação.

Um especial agradecimento ao meu supervisor dr. Emídio Gune que confiei para orientar este trabalho tendo feito com zelo e ponderação. Agradeço ainda pelo tempo dispensado durante as sessões de supervisão que culminaram com a elaboração do presente trabalho.

Aos colegas do curso de Antropologia geração 2011 especialmente aos do grupo, Issufo, Vicência, Mujaide, Canama e Diogo. De forma particular aos colegas do grupo de supervisão Anifa, Muchombe, Obonyo, Arnaldo. Aos amigos, Vicência e Machango pelas discussões e pelo apoio na vida académica.

Agradeço a Deus pela vida e por ter tornado esse momento uma realidade.

Ao meu esposo pela força que sempre me deu, aos meus filhos Larson e Júnior que sempre souberam que enquanto a mamãe estudava não deviam “atrapalhar”. Às famílias, Mabjaia e Simango que sempre partilharam todos momentos da minha vida.

Aos meus superiores hierárquicos pelo tempo dispensado e por acreditarem que a formação é melhor arma do desafio da vida.

Muito obrigada a todos

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a continuidade social a partir de dois pontos fronteiriços nomeadamente, Namaacha- Moçambique e Lomaacha – Swazilândia, Macuacua -Moçambique e Mbuzini – África do Sul. Da literatura consultada, o assunto sobre fronteiras é discutido a partir de três perspectivas, a primeira das quais apresenta a fronteira como uma linha de ruptura entre dois países com respectivos povos. A segunda que partilha a ideia de que fronteira marca ruptura defende porém que, apesar da referida ruptura existe uma interação e trocas culturais entre os residentes de cada um dos países que partilham a fronteira. Por fim, a terceira perspectiva apresenta a fronteira como um espaço de continuidade.

As primeiras duas perspectivas se por um lado permitem compreender que a linha da fronteira corta as relações sociais, por outro lado fecham espaço para compreender outros sentidos da fronteira. Por seu turno, a terceira perspectiva analisa a fronteira como espaço de continuidade onde os sujeitos tem uma racionalidade própria de delimitação do espaço, entretanto ao restringir-se a uma análise histórica perde de vista a compreensão sobre como as pessoas vivenciam o senso de limite e a fronteira no dia-a-dia.

Com base em dados etnográficos neste trabalho mostro que se por um lado a fronteira administrativa separa a população de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini, por outro lado no quotidiano as suas relações se estendem para além das referidas fronteiras. Assim, do lado de Namaacha o limite dessas relações ocorre em Chimuchuanine e do lado de Lomaacha em Simunye; do lado de Macuacua o limite é Cocomela e do lado de Mbuzini é Mlhume todos bem para o interior de cada país, a partir das fronteiras administrativas que separam os países. A população desses locais enquanto estiver dentro desses limites considera estar no seu espaço de pertença, no qual desenvolvem suas estratégias de reprodução social de tal forma que só consideram estar no estrangeiro quando ultrapassam esses limites e só nessas circunstâncias julgam legítimo o uso de passaporte para sua identificação.

Os resultados do presente estudo mostram como as fronteiras e os limites são construídas socialmente, com recurso a uma experiência de interação das pessoas que se perde no tempo, e de forma diferente daquela estipulada a partir de mecanismos administrativos.

**Palavras-chaves:** Fronteira, limite, interação social e pertença.

## Índice

Declaração de originalidade .....	iii
Dedicatória .....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
1. Introdução .....	1
2. Revisão da Literatura .....	3
3. Enquadramento Teórico-Conceptual .....	9
3.1. Quadro Teórico .....	9
3.2. Conceptualização .....	10
4. Procedimentos metodológico .....	13
4.1. Constrangimentos.....	14
4.2. Perfil dos Participantes.....	15
5. História da delimitação de fronteiras e o uso dos documentos de identificação.....	16
6. Os limites sociais para além das fronteiras administrativas.....	19
6.1. Breve caracterização das zonas de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini .....	19
6.2. Reprodução social entre população da zona fronteiriça.....	21
6.3. Limites da continuidade relacional .....	24
6.4. Tipos de identificação e as autoridades na gestão da continuidade fronteiriça.....	26
7. Considerações finais.....	30
Referências.....	31

## 1. Introdução

A presente pesquisa analisa a continuidade social dos residentes fronteiriços, concretamente em Namaacha, Moçambique e Lomaacha, Swazilândia e entre Macuacua, Moçambique e Mbuzini, África de Sul. A escolha deste tema e locais de estudo, está relacionada com a estadia em Namaacha e Macuacua entre os anos 2008 a 2010 em missão de serviço, tendo observado que apesar do Estado ter institucionalizado o uso do passaporte para travessia de fronteiras, este instrumento era visto como “obstáculo” para manter a sociabilidade no seu quotidiano e que se estende para além das fronteiras administrativas existentes.

Durante esse tempo observava pessoas a atravessarem a fronteira sem usar passaporte a fim de comprar alguns produtos e visitarem seus familiares. Em conversa com eles diziam “somos daqui” e acrescentavam ainda que “os daqui” e os de “lá” são as mesmas pessoas. Questionei-me como são mesmas pessoas se estão provenientes de lados diferentes da fronteira, logo pertencentes a países diferentes?

Da literatura consultada identifiquei três perspectivas, a primeira das quais apresenta fronteira como linha de ruptura entre países com respectivos povos, local onde supostamente termina o poder estatal de um dos povos, cuja travessia acontece via legal e ilegal. Sendo a travessia legal a que representa a deslocação para o estrangeiro e se processa no âmbito da legislação existente e que normalmente há uso do passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade (Machado 1998, Torpey 2000, Galloro 2011). Por sua vez, as travessias ilegais são tidas como protagonizadas por indivíduos indocumentados que contornam o controlo das autoridades (Alves 1993, Balsamo 2009, Martins 2011, Araújo e Muanamoha 2001, Muendhane 2006, Fusco 2009).

A segunda que partilha a ideia de que fronteira marca ruptura, defende porém que apesar da referida ruptura existe interacção e trocas culturais (Sanchez 2002, Albuquerque 2012, Ferreira e Silva 2012, Serangonha 2010). As primeiras duas perspectivas se por um lado permitem compreender que a linha da fronteira corta as relações sociais e de forma complementar que existem normas instituídas para sua travessia, por outro lado, não abrem espaço para compreender outros sentidos da fronteira.

A terceira perspectiva analisa fronteira como espaço de continuidade (Campigoto 2008). Esta perspectiva mostra fronteira como uma construção ou um saber do estado moderno, mas que para os residentes não existe. Alarga o horizonte ao mostrar que os sujeito tem uma racionalidade própria de delimitação do espaço fora da lógica moderna, mas por nos remeter a pensar que existe uma pré- estrutura explicativa que permite compreender as acções dos indivíduos não abre espaço para compreensão sobre como as pessoas vivenciam a fronteira no dia-a-dia, como manipulam e como constroem o senso de limite a partir das vivências quotidiana.

Diante das referidas limitações desenvolvi um estudo etnográfico, onde com base nas observações, entrevistas e conversas informais percebi que existe uma fronteira administrativa que separa a população de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini. Apesar da referida fronteira as relações entre as populações locais tem continuidade social que vai até Simunye, Chimuchuanine, Mhlume e Cocomela bem para além das fronteiras administrativas.

O limite dos residentes do contexto pesquisado está geograficamente dentro do outro país, o que me faz argumentar que os residentes de Namacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini tem senso de limite para além das fronteiras administrativas em vigor.

O estudo está organizado em sete partes. Na primeira parte enquadro a presente introdução, na segunda parte apresento a revisão de literatura e na terceira parte o enquadramento teórico e a conceptualização. A quarta parte está reservada para procedimentos metodológicos, constrangimentos e perfil dos informantes e na quinta parte a História da delimitação de fronteiras e o uso de documento de identificação. Na sexta parte apresento e discuto os dados e na sétima parte tenho as considerações finais.

## 2. Revisão da Literatura

Dos textos consultados, o debate sobre fronteiras é abordado em três perspectivas, a primeira das quais apresenta fronteira como linha de ruptura entre países com respectivos povos. A segunda, que partilha a ideia de que fronteira marca ruptura, defende porém que apesar da referida ruptura existe interação e trocas culturais. E por fim a terceira perspectiva apresenta fronteira como local de continuidade.

A primeira perspectiva concebe fronteira como linha de ruptura entre dois países com respectivos povos, local onde supostamente termina o poder estatal de um dos povos. Sendo assim, apresenta duas variantes para a sua travessia, a travessia legal e a ilegal. A travessia legal representa a deslocação para o estrangeiro e se processa no âmbito da legislação existente e que normalmente há uso do passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade (Machado1998, Torpey 2000, Galloro 2011). As travessias ilegais são protagonizadas por indivíduos indocumentados e contornam o controlo das autoridades (Alves 1993, Balsamo 2009, Martins 2011, Araújo e Muanamoha 2001, Muendhane 2006, Fusco 2009).

Dos autores que subscrevem na primeira perspectiva, Machado (1998) apresenta uma abordagem histórica da palavra fronteira e diz que etimologicamente significa o que está na frente. O autor sustenta que o sentido de fronteira era de começo do outro Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir, fazendo desse modo referência ao que é externo. Esta ideia faz perceber que a fronteira marca ruptura dos Estados. Argumenta ainda que a palavra fronteira nasceu como um fenómeno da vida social espontânea e na medida que os padrões de civilização foram se desenvolvendo as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte adquiriram um carácter político.

Partilhando a mesma ideia, para Torpey (2000) a fronteira é local de separação dos Estados. Sendo assim sustenta que foi no contexto da revolução francesa, com a criação do estado-nação inventado o passaporte como um instrumento que serve para identificar e controlar pessoas para travessias de fronteiras. O autor analisou o controlo territorial e o surgimento de Estados Nacionais através da capacidade de inventar documentos para identificar e controlar pessoas e seus percursos.

Na mesma ideia, Galloro (2011) sustenta que o passaporte é um documento internacionalmente reconhecido e que dá o direito de viajar, uma vez que o livre-trânsito de pessoas sempre foi tratado com reservas devido a várias questões dentre as quais o terrorismo. Argumenta ainda que o passaporte é um dos documentos que permite o estado identificar e controlar os cidadãos nacionais e estrangeiros nas fronteiras e outros espaços geográficos.

As políticas de documentos de identificação no geral em particular o passaporte por vezes são rejeitadas ou manipuladas, pois as pessoas são agentes activas. Neste sentido, Alves (1993) refere que as travessias de fronteiras por vezes são feitas sem passaporte. No seu texto mostra que a travessia legal representa a deslocação para o estrangeiro e se processa no âmbito da legislação existente e que normalmente há uso do passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade, mostra também que existem travessias clandestinas que são protagonizadas por indivíduos não documentados, fugindo o controlo das autoridades.

Sobre a ideia acima trazida, Fusco (2009) apresenta o caso de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência, onde advoga que uma grande parcela dos migrantes brasileiros não possuem documentação exigida para entrar, permanecer e trabalhar no país de destino. Quando se encontram nessa situação, de maneira geral os migrantes tendem a não se exporem aos levantamentos estatísticos o que de alguma forma origina lacunas para os estudiosos do tema no Brasil.

Na mesma ideia, Bálamo (2009) fala das travessias irregulares entre África Ocidental e África do Sul. Mostra o caso de jovens em contextos urbanos que abordam navios de carga de forma clandestina nos principais portos dos centros comerciais da região.

Face as travessias clandestinas, Macdonald (2014) argumenta que o Estado colonial Sul-africano a partir do vigésimo século criou um sistema de controlo rigoroso e caro para barrar a entrada de estrangeiros e afiançar o Estado, onde havia detenções e deportações, patrulhas policiais, escritórios de impressão digital, mas advoga que este sistema fracassou devido a existência de alguns funcionários corruptos e uma parte da fronteira vulnerável, Moçambique- Swazilândia o que facilitou a criação de redes de entradas clandestinas a partir destes locais até África do Sul e o conseqüente fracasso desse sistema.

De acordo com Martins (2011) a clandestinidade é extensiva para cidadãos que não possuem vistos de entrada. Como exemplo trás o caso de cidadãos Asiáticos, Africanos e Sul-americanos que transpõem a fronteira para Guiana Francesa sem visto de entrada e advoga que são classificados pelo Governo Francês como clandestinos.

Estas estratégias adoptadas como forma de manipular as políticas estatais, acontecem também em Moçambique como mostra o estudo de Araujo e Muanamoha (2001), que vários Moçambicanos indocumentados de Moçambique concretamente em Chókwe e Magude iam para Africa do Sul, onde traziam remessas em bens ou em dinheiro enviados tanto regularmente assim como no final da trajetória Migratória.

Acrescentando a ideia acima trazida, Muanamoha (2011) mostra que durante o período entre 1980-2004, no Distrito de Magude e Chókwe, a migração indocumentada para África de Sul assumiu contornos elevados devido não só ao desemprego e a violência política que afectaram Moçambique, mas também a proximidade geográfica tido como factor que facilitou a entrada de indocumentados para África de Sul.

Na visão de Muendhane (2006) com a intensificação da guerra no sul de Moçambique, o distrito de Namaacha não escapou aos violentos ataques da Renamo o que obrigou a esta população a procurar refúgio e trabalho transfronteiriço na vizinha Swazilândia e África do Sul.

Os estudos acima apresentados permitem compreender que a linha da fronteira corta as relações sociais e que existem regras para atravessar fronteiras. Assim sendo, fecham espaço para compreender outros sentidos da fronteira.

A segunda perspectiva partilha a ideia de que fronteira marca ruptura, defende porém que apesar da referida ruptura existe interacção e trocas culturais. (Sanchez 2002, Albuquerque 2012, Ferreira e Silva 2012, Serangonha 2010).

Dos autores que subscrevem na segunda perspectiva, Ferreira e Silva (2012) apresentam um estudo desenvolvido entre Brasil e Bolívia. Os autores, analisam a integração a partir das línguas. Os autores partem de principio de que existe uma identidade Brasileira e outra Boliviana, onde a fronteira seria lugar de encontro das duas identidades e como resultado dessa

interacção produz se uma identidade própria da fronteira. Mostram ainda que há interesse de Bolivianos em aprender a língua Brasileira como forma de se integrar. Os autores sustentam ainda que os bolivianos fazem visitas periódicas a parentes e conhecidos nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez -Brasil e adquirem mercadorias e fazem outras actividades.

Na mesma ideia, Albuquerque (2012) faz uma revisão bibliográfica onde apresenta a integração fronteiriça na área da saúde. O autor argumenta que a fronteira é local de desigualdades entre residentes do seu limiar, onde advoga que há táticas produzidas pelos moradores e que existem brasileiros que vivem em território paraguaio e paraguaios que acionam direitos e benefícios sociais no lado Brasileiro onde chegam a fazer registo falso.

Na mesma visão, Sanchez (2002) apresenta os modos em que a fronteira, o Estado e a Nação são vividos cotidianamente nas cidades de Rivera -Uruguai e Santana do Livramento -Brasil. Para isso o autor estuda as práticas quotidianas dos actores fronteiriços que estão permanentemente em contacto com outros e advoga que os actores fronteiriços tomam decisões, dão significados e estabelecem identificações que consideram oportunos. Sanchez (2002), advoga ainda que os que vivem em fronteiras políticas não só se confrontam com controlos físicos e legais do limite político, mas também com limites culturais e simbólicos que interagem no dia-a-dia.

Partilhando a mesma ideia, Seragonha (2010) no seu estudo etnográfico apresenta um sujeito Guineense que constrói modos de ser e de pertencer que o colocam na posição de duplo deslocamento, Guine e Portugal. Segundo autora, este sujeito tem uma vida que se desenrola entre o “aqui” e “lá”, o que o torna um cidadão transfronteiriço e que reivindica direitos e deveres e critica as sociedades de origem e de destino.

Para autora o sujeito encontra se num jogo permanente de múltiplas e constantes interligações entre as fronteiras políticas e culturais de “aqui” e de “lá” e que, simultaneamente apresenta padrões de incorporação política, económica e social na sociedade portuguesa e mantém laços, constrói uma translocalidade e influência a eventos locais e nacionais no seu país de origem.

A segunda perspectiva à semelhança da primeira admite que fronteira é linha de ruptura, mas acrescenta que as pessoas interagem e existe trocas culturais. Este argumento apresenta limitações na medida em que não permite compreender fronteira como local de interacção de

pessoas que partilham mesma cultura ou fronteira como espaço de continuidade das relações sociais.

A terceira perspectiva mostra fronteira como local de continuidade para os residentes locais apesar das barreiras impostas. Mostra ainda que a fronteira é uma construção do estado moderno, mas que para os residentes não existe (Campigoto 2008).

Campigoto (2008) apresenta uma reflexão sobre espaços cosmopolitas, onde sustenta que os ameríndios tem outra lógica de conceber o espaço fronteiriço diferente da perspectiva moderna. Sendo assim, trás narrativas de transeuntes de fronteiras entre Brasil e Paraguai onde advogam que “ aqui” e “lá” não tem diferença, é tudo mesma coisa e isto mostra que a fronteira é um espaço sem restrições para um grupo de trausentes que se vincula as tradições anteriores do estado moderno e ao explicarem buscam a história antiga da região advogando que não existia fronteira.

Esta perspectiva, alarga o horizonte ao mostrar que os sujeitos tem uma racionalidade própria de delimitação do espaço, mas nos remete a pensar que existe uma pré-estrutura explicativa que permite compreender as acções e isso não abre espaço para compreender como as pessoas vivenciam a fronteira no dia-a-dia, como manipulam e como constroem o senso de limite.

De forma geral, as duas perspectivas permitem compreender primeiro que a fronteira é um local de separação de povos onde existe normas para sua travessia, segundo que apesar de ruptura existem trocas culturais. Assim sendo, as duas perspectivas não abrem espaço para compreensão dos outros sentidos da fronteira.

As populações do contexto pesquisado tem uma vida que transcende as delimitações administrativas, tem relações religiosas, matrimoniais e económicas desenvolvidas no além-fronteiras. A questão dos instrumentos legais é do ponto de vista do estado moderno que tem uma delimitação geográfica na qual detém poder sobretudo de controlo dos corpos e seus percursos. A Comunidade pesquisada tem sociabilidades contínuas e elas encontram sempre maneiras de manter a comunicabilidade apesar da divisão da linha de fronteira reforçada com imposição do passaporte.

Diferente das duas primeiras perspectivas, a terceira alarga o campo de visão. Vai além da fronteira que separa ou que junta pessoas. Mostra que para os residentes a fronteira administrativa não faz sentido, onde nos seus discursos buscam a história antiga da região antes da delimitação da mesma e dizem que “aqui” e “lá” não tem diferença, mas este estudo nos remete a pensar que existe uma pré-estrutura explicativa que permite compreender as acções e isso não abre espaço para compreensão sobre como as pessoas vivenciam a fronteira no dia-a-dia, como manipulam e constroem o senso de limite.

Face as limitações apresentadas, o presente estudo analisa a continuidade social entre residentes fronteiriços. Mostro que as relações entre os residentes de Namaacha-Lomaacha e Macuacua-Mbuzini ultrapassam a linha da fronteira delimitada pelo Estado moderno, os residentes tem um senso de limite baseada nas relações matrimoniais, económicas e religiosas.

### **3. Enquadramento Teórico-Conceptual**

#### **3.1. Quadro Teórico**

Neste trabalho, adopto a teoria do interaccionismo simbólico de Erving Goffman conjugado com a abordagem de Robert Thornton (2008).

A teoria interaccionista enquadra-se no grupo de teorias com uma perspectiva accionista onde a explicação da realidade social parte da acção dos indivíduos, sobretudo como eles interpretam essas acções. Goffman (2002) ao se apropriar dessa abordagem mostra que os significados das coisas surgem como consequência da interacção social que cada um mantém com o próximo e que a cultura é uma coisa abstracta que os indivíduos constroem, daí que devemos nos centrar no que eles fazem, nas relações que mantém com os outros e a maneira como eles descrevem a sua vida quotidiana.

Thornton (2008) parte de uma crítica da noção de “Comunidades imaginadas” a qual remete-nos ao determinismo social. Ao criticar essa abordagem, Thornton (2008) mostra que as normas e padrões são construções sociais que constituem um poder para regular a convivência em sociedades, mas que é preciso olharmos a forma como essas normas são vivenciadas e qual a experiência partilhada no dia-a-dia porque existem coisas que acontecem fora das políticas e normas, daí que o autor advoga que são “Comunidades não imaginadas e outras imaginações”.

Servi-me dessas abordagens teóricas na medida em que no presente estudo analiso a fronteira como espaço de continuidade social, tendo-me permitido captar a forma como os residentes de Namaacha e Macuacua interagem com os residentes de Lomaacha e Mbuzini respectivamente, como constroem o senso de limite. Permitiram-me ainda perceber que, a delimitação de fronteiras e a consequente imposição do passaporte não passa de uma política construída para regular as travessias de fronteiras, mas os residentes têm continuidade social e interacção uma vez que as suas relações não têm nada ver com geografia onde existem formas adoptadas localmente para gerir esta continuidade. Portanto, esta é uma comunidade não imaginada que foi preciso compreendê-la a nível local através das acções dos indivíduos.

### **3.2. Conceptualização**

Neste estudo usei os conceitos de Fronteira, pertença, interacção social e Limite.

#### **Fronteira**

De acordo com Patrício (2014), Fronteira é uma linha imaginária que delimita o território, terrestre, fluvial, marítimo e aéreo de um determinado Estado, separando-o de territórios adjacentes, onde dentro de cada um dos limites criado, passa a vigorar um ordenamento político e jurídico diferente daquele possível de encontrar do outro lado.

Na mesma ideia Carminda (1997), mostra que fronteira implica descontinuidade política, administrativa, jurídico, ideológico, económico e dificuldades de circulação. A autora acrescenta ainda que a fronteira induz actividades e função defensiva e de controlo das migrações humanas.

Diferente dos autores acima trazidos, para Campigoto (2008) fronteira é espaço de continuidade para um grupo de trausentes, que advogam que “ aqui” e “lá” não tem diferença, é tudo mesma coisa e isto mostra que a fronteira é um espaço sem restrições para este grupo que na sua explicação se vinculam as tradições anteriores do estado moderno e ao explicarem buscam a história antiga da região advogando que não existia fronteira.

O conceito de Campigoto (2008), mostra melhor adequação para este estudo, na medida em que no contexto pesquisado, os residentes tem suas formas de definir limites e que estão para além das fronteiras administrativas.

#### **Interacção Social**

De acordo com Blumer (1991), um acto social é uma acção colectiva constituída pelo alinhamento ou articulação de linhas de actividade de organismos independentes. Acrescenta ainda que a vida em sociedade e feita de actos sociais.

Complementando a ideia acima, Correia (2005) diz que o processo de interacção social pode acontecer via *on line* mediada por computador onde a comunicação baseia se essencialmente através de mensagens escritas.

Acrescenta ainda que actualmente é possível a transmissão em tempo real de sons e imagens captadas por mini câmaras de vídeo, mas a grande maioria das interacções sociais *on line* ainda

se desenrola através de interfaces predominantemente textuais. Correia (2005) diz ainda que todas as interacções sociais sejam presenciais ou virtuais reúnem as questões do contexto, da identidade, do reconhecimento, do desempenho e da regulação.

Na visão de Palma (2004) interacção social é um processo constante de actividades em que os indivíduos partilham símbolos, sentimentos e representações sobre um determinado fenómeno. É nas interacções sociais onde os actores sociais interpretam seus papéis e orientam suas acções de modo que tenham significado para eles, utilizando linguagem, rótulos e rotinas para gerir impressões e outros modos de acção culturalmente específicos.

Na mesma visão, Erving Goffman (2012) sustenta que a interacção social é um processo da acção comunicativa onde a questão central é o modo como o indivíduo interpreta o universo simbólico de forma a preservar a sua identidade. Goffman (2012) advoga ainda que a interacção social entre indivíduos envolve não só conteúdos expressos verbalmente, mas também conteúdos de ordem visual. Numa situação de interacção face a face a percepção auditiva dos registos verbais, que também inclui as variações na entoação é complementada pela percepção visual do corpo, do gesto, do meio envolvente.

O conceito de Goffman mostra melhor adequação para o presente trabalho na medida em que os residentes de Namaacha-Lomaacha; Macuacua-Mbuzini encontram-se ligados por vários laços e interagem no dia-a-dia. Esses laços e interacção ocorrem dentro de um limite que julgam pertencer historicamente.

### **Pertença**

De acordo com Hagerty e Patusky (1995), o sentimento de pertença é definido como a experiência de envolvimento pessoal num sistema ou ambiente, correspondendo à forma como as pessoas se sentem parte integrante desse mesmo sistema ou ambiente.

Na mesma linha Zamboni et al (2014), traz um estudo feito sobre a trajetória dos moradores do bairro Restinga, periferia do Porto Alegre que passaram por um processo de realocação na década de 70 promovido pelo poder público, onde uma parte da população de baixa renda da cidade construiu laços de pertença a esse novo espaço urbano.

Os autores mostram que a construção dos laços de pertença para estes moradores está presente nas suas narrativas onde associam imagens antigas e actuais do bairro, origem e ocupação do bairro como território de enraizamento da identidade de populações negras.

Na presente pesquisa adotei a ideia dos autores acima apresentado na medida em que são unânimes em afirmar que o sentido de pertença abarca fenómenos de experiências de um determinado contexto a qual se sentem integrantes. No contexto por mim pesquisado existe um sentimento de pertença expresso nas seguintes palavras “Nós somos daqui, nos daqui e aqueles lá somos as mesmas pessoas desde os tempos dos nossos avôs estamos ligados...”

### **Limite**

De acordo com Machado (1998) a palavra limite é de origem Latina e foi criada para distinguir o fim daquilo que mantém coesa uma unidade política-territorial. O autor mostra ainda que limite geralmente carrega consigo algo semântico no qual residem também significados de extremidade, descontinuidade e término. Referencia ainda uma marcação ou linha que resultam numa determinada configuração espacial a partir da qual uma área, região ou território ganham seus contornos.

O conceito acima trazido mostra melhor adequação para a presente pesquisa na medida em que a população do contexto pesquisado tem um conhecimento tácito que existe um limite de circulação, sendo este local onde constroem sua fronteira baseada nas interações.

#### **4. Procedimentos metodológico**

O presente trabalho é de carácter exploratório, o que possibilitou através da interação com os residentes da zona fronteiriça de Namaacha, Lomaacha, Macuacua e Mbuzini, colher dados referentes a sua vivência no que concerne a forma como concebem e delimitam suas fronteiras.

A pesquisa compreendeu três fases: a 1ª que corresponde a fase da recolha de dados junto aos participantes da pesquisa, a 2ª fase da revisão do material bibliográfico e a 3ª fase que corresponde a descrição e interpretação dos dados recolhidos.

A recolha de dados ocorreu no período de Dezembro de 2013 a junho de 2014 em Namaacha, Macuacua e nalgumas vezes em Lomaacha e Mbuzini, onde fiz conversas informais e entrevistas semi-estruturadas que me ajudaram a dar mais liberdade aos entrevistados e falarem abertamente com as palavras e ordem que lhes convinham.

A fase etnográfica que diz respeito ao contacto com o campo foi marcada pelas visitas nos locais onde se encontravam os participantes da pesquisa. As conversas e entrevistas foram na sua maioria feitos em lugares públicos como rua, posto fronteiriço, Regimento da Polícia de fronteiras e posição da polícia de Macuacua e a conversa com régulo foi feita na sua residência em Cocomela.

As conversas com residentes de Lomaacha foram feitas na sua maioria no dia de trocas comerciais e algumas, nalguns dias que estive em Lomaacha. Para os residentes de Mbuzini tive conversas na posição da polícia de fronteiras em Macuacua, quando estes passavam deste local para visitas familiares e cultos religiosos. Vários dias fiquei neste local onde conversei ainda com as cozinheiras que trabalham no posto porque são residentes e também iam constantemente a Mbuzini.

Nos primeiros dias que fui a Macuacua e em casa do régulo tive companhia do chefe da Repartição de Informação e plano do Regimento da Polícia de fronteiras, onde depois criei amizade e passei a ir sozinha porque criava desconfianças nas pessoas.

Acompanhei pessoas na feira de Namaacha, onde nas quartas-feiras e sábados junta-se população de dois países geográficos que partilham a fronteira. Durante estes dias ficava todo

dia a conversar com participantes da pesquisa e a ver como acontecia esse processo. Fora destes dias, vários outros fiquei no posto de travessia com polícia de fronteiras e em outros locais onde a população passa para desenvolver suas relações.

Algumas conversas foram feitas em português e outras numa língua misturada entre Changana, Zulu e Siswati porque algumas pessoas disseram que não sabiam falar português, tendo possibilitado compreender o quotidiano dessa população principalmente no que concerne a continuidade de relações num contexto fragmentado pela delimitação de fronteiras administrativas.

As entrevistas semi-estruturadas e conversas informais ajudaram a complementar aspectos observados que suscitavam dúvidas para sua compreensão, pois segundo Gill (1987) as entrevistas semi-estruturadas são guiadas por uma relação de pontos de interesses que o entrevistador vai explicando ao longo do seu curso e deve deixar o entrevistado falar livremente. O Registo das mesmas fazia depois de regressar do campo, onde nalgumas vezes haviam coisas que suscitavam dúvida e registava na memória para perguntar dia seguinte.

É importante referir que a pesquisa foi na sua maioria desenvolvida em Namaacha e Macuacua e poucas vezes tive oportunidade de ir a Lomaacha e Mbuzini.

#### **4.1. Constrangimentos**

Ao longo da pesquisa tive dois constrangimentos. No primeiro dia que fui ao campo não tinha credencial e fui apreciar o ambiente de Namaacha em particular na feira, onde observei que a população da Swazi ia chegando neste local a fim de exporem e comprarem produtos diversos, principalmente casacos de napa, botas e sapatos trazidos por pessoas de diversos cantos da cidade e província de Maputo. Neste dia senti-me distante das pessoas e me limitei em dar algumas voltas pelas bancas apreciando os artigos que lá se encontravam.

No segundo dia já tinha credencial e fui-me apresentar no Regimento da Policia de fronteiras e no chefe do posto da Migração, mas o chefe do posto rejeitou-me receber alegando que primeiro tinha de ter uma autorização da Direcção Provincial da Migração, o que fez com que voltasse para cumprir com as normas exigidas que só veio a ser possível duas semanas depois,

após uma audiência com Director daquela instituição porque diziam que assuntos migratórios constituem em segredo do Estado. Portanto, esta audiência visava explicar ao Director Provincial da Migração que o meu interesse era de obter informação pública.

O segundo constrangimento foi o facto de ter-me apresentado na Polícia de Fronteiras, o que fez com que optassem por me acompanharem todos locais onde quisesse ir como adiantei no capítulo anterior e isto tinha suas implicações na medida em que as pessoas não se abriam e havia um estranhamento e clima de desconfiança estampados no rosto delas, onde algumas fugiam com a nossa presença. Sendo assim aceitei a companhia nos primeiros dias para conhecer bem a zona e criei amizades de modo a ser aceite e passei a ir sozinha, tendo conseguido recolher os dados com sucesso.

#### **4.2. Perfil dos Participantes**

Os resultados do presente trabalho, são frutos da interação de pessoas de ambos os sexos e várias idades. Tive contacto com pessoas de idades compreendidas entre 19 a 56 anos de idade, residentes na vila de Namaacha, Bairro de Ximuxuanine, Cocomela, Macuacua, Mbuzini e Lomaacha). Vide a lista dos entrevistados em anexo.

Os residentes das zonas acima mencionados para além de se deslocarem a Lomaacha vão com frequência a Mbuzini e Nantsi a fim de comprar produtos de 1ª necessidade, visitas familiares e intercâmbios religiosos. Portanto a sua vida resume-se em vários espaços geográficos: Moçambique, Swazilândia e África do Sul.

## **5. História da delimitação de fronteiras e o uso dos documentos de identificação**

O processo de delimitação de Fronteiras em África começa após a conferência de Berlim, realizado entre 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 na Alemanha. Nesse contexto Ferreira et al (2008) argumenta que foi na referida conferência onde aconteceu a partilha de África e foram ainda definidas novas formas de relacionamento entre potências Europeias e os territórios colonizados.

Após a conferência, as potências Europeias entraram em conflitos para definição e implantação da linha de fronteiras. Dessa forma, O documento do IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica (2011) refere que o processo da definição e implantação da linha de fronteira na zona sul de Moçambique, foi resultado de um longo período de negociação onde veio a ter lugar após a pressão do presidente Pretours.

“Sob pressão do Presidente Pretours, Portugal e o Transvaal assinaram o primeiro tratado de paz, amizade e Fronteiras (29 de Julho de 1869) por via do qual a fronteira de Moçambique com Transvaal se estabelecia ao longo da Cumeda dos Libombos até a confluência dos rios Pafuri e Limpopo no norte, fixando no limite sul das possessões portuguesas em 26°30' latitude sul”. (Almada 1943)

Foi com a delimitação de fronteiras a partir de mecanismos administrativos que as pessoas ficaram separadas em países como Moçambique, Swazilândia e África do sul. Sobre este assunto, Mutua (1995) mostra que as actuais fronteiras administrativas foram demarcadas no meio de um grupo de pessoas. O autor mostra ainda que as fronteiras artificiais definidas pelo Estado moderno foram resultado de experiências trazidas de outros contextos e durante esse processo a população local não estava envolvida.

Partilhando a mesma ideia, Patrício (2014) no seu estudo no Distrito de Mossurize, fronteira entre Moçambique e Zimbabwe argumenta que com o traçado da linha o grupo Ndau ficou dividido entre Moçambique e Zimbabwe, onde a população Moçambicana devido a proximidade abastecia-se nos mercados do Zimbabwe, ia com frequência visitar parentes, mas com a crise no Zimbabwe fazer compras naquele local deixou de ser atractivo e a fronteira passou a ser obstáculo para comércio transfronteiriço.

A ideia sobre delimitação de fronteiras pelos mecanismos administrativos, encontramos ainda no Ministério da Administração Estatal, edição 2005 do Perfil do Distrito de Namaacha Província de Maputo, que argumenta que a designação de Namaacha provém de Lomaacha, nome de um régulo que governou a região dos pequenos Libombos antes da fixação dos colono e mais tarde com o tratado de 1869 assinado em Pretória o reino ficou desmembrado em dois, Namaacha e Lomaacha e conseqüentemente Moçambicanos e Swazis respectivamente.

Em conversa com régulo de Namaacha, disse que no momento em que delimitaram as fronteiras administrativas residentes locais foram dito que tratava-se de travar um surto que atacava gado bovino e que devia se proteger para não se alastrar, mas que isso não iria cortar as relações dessas comunidades em contrapartida, a questão de identificação no geral em particular nos espaços fronteiriços passou a ser valorizada.

Sobre a ideia acima trazida, Peirano (2009) argumenta que no mundo moderno os documentos passaram a ter um papel importante na nossa vida e que sem eles não conseguimos dizer que somos quem dizemos que somos, precisamos de provar a nossa autoidentificação.

“Os documentos tem um papel crucial para um estado, facilitando desse modo o acto de contar, somar, agregar a população e assim taxar a riqueza e controlar a produção. Vai igualmente identificar o indivíduo para fins de conceder direitos e exigir deveres. Os documentos legalizam e oficializam o cidadão tornando-o visível, passível de controlo e legitimo para o Estado” (Peirano 2002)

O argumento de Peirano (2009) mostra como os documentos desempenham papel relevante para o individuo dentro de um Estado, mas há que salientar que os mesmos vão para além disto, servindo também para identificar o “nacional” e o “estrangeiro”. Entretanto, um dos documentos criados como estratégia de identificação e controlo de pessoas, nacionais e estrangeiros é o passaporte, que segundo Galloro (2011) é um documento internacionalmente reconhecido que dá o direito de viajar para além de um Estado.

Na mesma ordem de ideias, Torpey (2000) sustenta que o passaporte é um instrumento criado para identificar e controlar pessoas num contexto fragmentado e advoga que surge no contexto

da revolução francesa, com a criação do estado-nação como forma de controlar o movimento e identificação de pessoas nos espaços fronteiriços.

Moçambique não ficou isento destas políticas de identificar cidadãos em particular nos espaços fronteiriços, tendo criado primeiro o passaporte manual e com as dinâmicas globais, através do Decreto nº13/2008 de 29 de abril do conselho de ministros, adoptou o passaporte com base em dados de leitura biométrica como forma de integrar-se nas políticas e princípios internacionais.

Tomando como substrato das ideias de Torpey (200) e Galloro (2011), a fronteira é local de ruptura de países com respectivos povos, onde para sua travessia exige-se que as pessoas portem o passaporte. Em contrapartida, outros estudos mostram que a referida ruptura não existe, mas sim a fronteira é espaço de continuidade para um grupo de trausentes que se vincula as tradições antigas e advogam que antes da delimitação das fronteiras administrativas, este era um espaço comum e sem restrições.

Campigoto (2008) apresenta uma reflexão sobre espaços cosmopolitas, onde sustenta que os ameríndios tem outra lógica de conceber o espaço fronteiriço diferente da perspectiva moderna. Sendo assim, trás narrativas de transeuntes de fronteiras entre Brasil e Paraguai onde advogam que “ aqui” e “lá” não tem diferença, é tudo mesma coisa.

A ideia de Campigoto (2008), reflete se no contexto da minha pesquisa na medida em que as fronteiras administrativas não fazem sentido na vida dessas populações porque encontram se dentro dos limites da sociabilidade quotidiana por isso não usam passaporte para a travessia das referidas fronteiras, somente quando ultrapassam esses limites e que se sentem a violar território estrangeiro. Portanto o que define os limites e consequente uso do passaporte são as relações que desenvolvem no dia-a-dia e não as fronteiras administrativas.

## **6. Os limites sociais para além das fronteiras administrativas**

### **6.1. Breve caracterização das zonas de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini**

Nesta secção, caracterizo o universo abrangido pela presente pesquisa. O trabalho foi desenvolvido na linha da fronteira, concretamente nas zonas de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini. O mesmo teve início no posto fronteiriço de Namaacha e estendeu-se até linha de fronteira no povoado de Macuacua.

De acordo com o perfil do distrito de Namaacha elaborado pelo Ministério da Administração Estatal (2005), Namaacha é um distrito da Província de Maputo que dista a 75 Km da cidade de Maputo. Situa-se no extremo oeste da província de Maputo, entre as coordenadas 25´ 29 de latitude sul, 32´ 01 de longitude oeste, ocupando uma superfície de 2.144 km<sup>2</sup>, está delimitado a norte pelo distrito de Moamba, a sul pelo distrito de Matutuine, oeste pela República da África do Sul e Reino da Swazilândia.

É um distrito que regista grande circulação de pessoas as quartas e sábados, dias de trocas comerciais<sup>1</sup>, onde geralmente a população residente no povoado de Lomaacha, Swazi atravessa a fronteira para se encontrar com a população vindo de vários pontos de Maputo a fim de exporem vários artigos.

A maior parte da população residente em Namaacha vive de atividade comercial, onde adquirem na sua maioria produtos para consumo e comercialização na Swazilândia. De acordo com Muendhane (2006), o facto de o distrito ser fronteiriço dá vantagens as suas populações para atravessarem a fronteira sem grandes complicações policiais e alfandegárias.

Dentro da atividade comercial, inclui-se pessoas que estão antes da entrada do posto de travessia a fazerem o câmbio de moeda. Portanto, em Namaacha a população usa o metical, emalangi e o rand no dia-a-dia. Existe também um grupo de senhoras que fica a espera de qualquer pessoa que aparece com carga para prestar ajuda no transporte dos produtos em troca de algum valor.

---

<sup>1</sup> Dia de trocas comerciais-Evento que tem lugar nas quartas e sábados na feira de Namaacha onde os residentes de Swazi e Moçambique se encontram a fim de exporem vários artigos.

Este grupo por vezes vai até Lomaacha a procura de *Mukeristas*<sup>2</sup> para ajudar no transporte dos mesmos.

O grupo em alusão vive na vila de Namaacha, bairro de Cocomela, Ximuchuanine e Macuacua o que fez com que ampliasse o foco da pesquisa até este local pois, a população de Macuacua para além de ir a Lomaacha-Swazi, vai para Mbuzini e Nantsi -África do Sul, jogando as vantagens e desvantagens da vida. Macuacua é uma zona que dista cerca de 15 km da vila de Namaacha.

Ao lado da entrada do posto de travessia tem transportes na sua maioria vulgos *my love*<sup>3</sup> que fazem Namaacha-Macuacua. A população da zona de Macuacua tem na maior das vezes recorrido a Mbuzini para procurar produtos da 1ª necessidade, uma vez que nesta zona só existe uma loja que vende alguns produtos em menores quantidades tais como: Bolachas, massa esparguete, Omo, açúcar, sabão, feijão, amendoim, farinha de milho, cerveja e refresco. Sendo assim a população de Macuacua tem como preferência deslocar-se a Mbuzini e Nantsi para comprar outros produtos da 1ª necessidade, ir a igreja e nalgumas vezes a procura de cuidados hospitalares.

De acordo com Revista de informação diplomática (2015), reino da Swazilândia é um pequeno país, limitado a leste por Moçambique e em todas outras direcções pela África do Sul. Este país está dividida em quatro distritos: Hhohho, Lubombo, Manzini e Shishelweni. Lubombo é um distrito da Swazilândia localizado no leste do país que faz fronteira com Moçambique, o centro administrativo é a cidade de Siteki. A língua falada é siswati e a moeda mais usada é emalangení, mas em Lomaacha pude observar que usam também o rand e o metical.

Lomaacha tem uma agência onde se efectua pagamento de produtos exportados e um mini -mercado que vende vários produtos dentre os quais a batata, cebola e ovos. Existe mais adiante dois postos de abastecimento de combustível, campo da escola de condução e vários supermercados incluindo talhos. Do lado esquerdo para quem sai do posto fronteiriço tem um desvio que vai até uma pequena vila com casas na sua maioria feitas de bloco queimado, tem duas escolas, hospital e igrejas. É nesses locais acima mencionados que a população principalmente de Namaacha mantém suas relações.

---

<sup>2</sup> Mukheristas- pessoa que pratica mukhero, que é um processo no qual Jovens e mulheres transportam mercadoria na cabeça para fugir o fisco na fronteira pela autoridade aduaneira (Muendhane, 2006).

<sup>3</sup> My love- Nome usado no quotidiano para designar transporte de passageiro com caixa aberta.

A fronteira apresenta na sua extensão cerca de arrame farpado e marcos fronteirços em forma de pirâmide, são estes marcos delimitados após a assinatura do tratado de paz, amizade e fronteiras entre Portugal e o Transvaal a 29 de Julho de 1869 por via do qual a fronteira de Moçambique com Transvaal se estabelecia ao longo da Cumeda dos Libombos até a confluência dos rios Pafuri e Limpopo no norte, fixando no limite sul das possessões portuguesas em 26°30' latitude sul (Almada 1943).

A delimitação faz parte do contexto do surgimento de estados modernos e fez com que as populações se classificassem em Moçambicanas, Swazis e Sul-africanas. Apesar disso, o presente trabalho mostra que esta delimitação não se faz sentir no dia-a-dia da vida da população de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini porque existe uma continuidade das relações, assim como mostro na secção seguinte.

Figura1: Vista aérea do posto fronteirço Moçambique- Swazilândia



Fonte: adaptado por Google Earth

## 6.2. Reprodução social entre população da zona fronteira

Nesta secção mostro que existe continuidade da vida das populações fronteira, onde a mesma em particular do contexto pesquisado é tecida de relações matrimoniais, económicas e

religiosas. Observei ainda que a população de Namaacha na sua maioria faz compras para consumo e revenda nas lojas de Lomaacha, tendo como maior preferência produtos como açúcar, feijão, amendoim, ovos, carnes de porco e de vaca, frangos, vovs, bebidas.

Outro aspecto que observei é o facto de existir algumas pessoas que rezam tanto em Lomaacha assim como em Mbuzini. Dos que rezam em Lomaacha na sua maioria senhoras, vestem nos primeiros domingos do mês saias pretas, casacos e bonés brancos. Os que rezam em Mbuzini, vestem quase todos domingos roupas com mistura de verde, vermelho e branco.

Em conversa com Maria de 39 anos, residente em Macuacua, disse:

Eu, minha família e algumas pessoas daqui rezamos em Mbuzini na igreja Guerico, todos domingos passamos daqui por volta das 10h e só regressamos as 14 e tal...,as vezes meus filhos não voltam porque o Avô vive lá, então costumam ficar para voltar segunda-feira.

Como podemos constatar a partir do exemplo trazida acima que ilustra claramente que os residentes de Macuacua e Namaacha tem uma vida que extravasa a linha de fronteira, onde vão a estes locais para manter laços religiosos e matrimoniais, como mostro ainda a partir do casamento do Sr. Sithole de 56 anos de idade com a senhora Thanda de 49 anos de idade que residia em Lomaacha como uma prova de que a vida destas comunidades extravasa a linha da fronteira, não tem nada ver com limitações administrativas concebidas na racionalização do espaço.

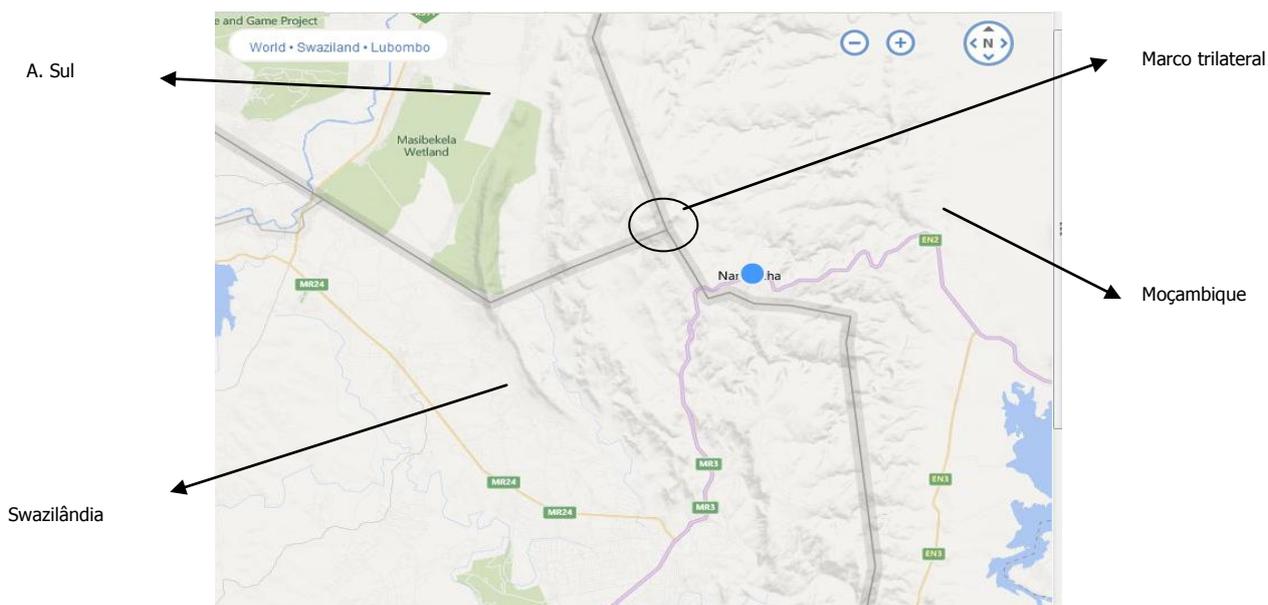
Esta família vive em Cocomela e usa com frequência o Siswati no seu dia-a-dia para se comunicar, para além de que a esposa trabalha em Lomaacha e atravessa a fronteira administrativa quase todos dias para seu posto de trabalho. Em conversa, o Sr. Sithole contou-nos que no dia da cerimónia do *lobolo*<sup>4</sup> a família passou do posto de travessia e não houve nenhuma complicação porque são conhecidos, como podemos compreender a partir do depoimento que se segue:

---

<sup>4</sup> Lobolo- cerimonia em que a linhagem de origem da mulher é economicamente compensada pela passagem dos direitos sobre os eventuais descendentes dessa mulher para a linhagem do marido, onde os filhos passaram a ter plenos direitos de pertença à linhagem paterna. (Cabral,2004).

(...) A minha esposa levei lhe em Lomaacha. No dia da cerimónia do lobolo, foi tudo normal sem complicações porque somos as mesmas pessoas aliás, antes da chegada dos Portugueses isso tudo era mesmo espaço, eles vieram dividir com o marco 17 que esta ali e disseram que ali é Swazi, outro lado ficou África do Sul e aqui Moçambique, mas nós não deixamos de viver juntos desde o tempo dos nossos avôs (...).

Figura 2: Marco trilateral (Moçambique, Swazilândia e A. Sul)



Fonte: adaptado por Google Earth

No que concerne as relações comerciais, observei que a população de Namaacha e de Lomaacha encontra-se na feira de Namaacha nas quartas-feiras e sábados para fazerem trocas comerciais e ainda de acordo com as observações feitas, constatei que nestas datas a população moçambicana vindo de diversos pontos de Maputo chega neste local nas primeiras horas do dia (6 a 8 horas da manhã) expõe principalmente produtos como sapatos, botas, casacos de napa e panelas de aço. Na mesma hora a população da Swazi vai chegando, onde compra estes produtos em grandes sacos.

Observei ainda que é nesses dias que se verifica maior concentração de senhoras e alguns jovens em frente da feira e antes da entrada do posto de travessia. Essas pessoas ajudam a carregar essa mercadoria em troca de algum valor, seja em moeda da Swazi (Emalangeneni), Moçambique (metical) ou da Africa de Sul (Rand).

Sobre a feira, Nando de 19 anos residente em Namaacha disse:

(...) Temos uma feira lá em baixo que expomos nossos produtos e massuazis vem comprar, mas a feira é mais aproveitada por pessoas que vem de Maputo. Eles é que trazem muita coisa para vender, mas nós também costumamos comprar sapatos a preços acessível porque o resto das coisas preferimos ir a Lomaacha.

Os dados apresentados nesta secção mostraram que a população de Namaacha e Lomaacha tem varias relações, no entanto que tanto os residentes de Lomaacha assim como de Namaacha atravessam a fronteira administrativa com frequência a procura de vários produtos para consumo e revenda, para visitas familiares e ainda existem casamentos envolvendo pessoas de países geográficos diferentes. Normalmente as travessias são feitas mediante o entendimento com as autoridades fronteiriças, mas estas travessias actuam num determinado raio ou tem limites como mostro na secção a seguir.

Esta conclusão por mostrar fronteira como espaço de continuidade onde os residentes partilham vida comum através de relações matrimoniais, económicas e religiosas, evidencia lacunas trazidas nos trabalhos de Ferreira e Silva (2012); Sanchez (2002) por analisarem fronteira como local de encontro e interação entre pessoas de culturas distintas. Portanto estes estudos partem do princípio de que a cultura é determinada pelo espaço geográfico

### **6.3. Limites da continuidade relacional**

A presente secção faz menção dos limites que as comunidades fronteiriças constroem. Percebi que tanto a população de Namaacha assim como de Macuacua tem um senso de limite baseado nas suas relações, na medida em que certas distâncias sentem a obrigação de portarem o passaporte para não serem repatriados<sup>5</sup>. A população do contexto pesquisado tem uma outra forma de definir fronteira que é baseada nas relações que constroem no dia-a-dia onde por vezes recorre ao uso do passaporte para distâncias que acha como limite dessas relações.

A figura abaixo ilustra claramente que o limite dos residentes de Namaacha, encontra se geograficamente dentro de Swazilândia, local onde termina suas relações.

---

<sup>5</sup> Repatriado- Restituir ou fazer regressar a pátria (Dicionário de língua Portuguesa)

**Figura 3: vista aérea de Namaacha-Lomaacha**



Fonte: adaptado por Google Earth

- Fronteira administrativa
- - - Limite Social

Os residentes do contexto pesquisado usam passaporte para distâncias que acham pertinente, manipulam este documento e alguns residentes mostraram passaportes devidamente autenticados, mas de acordo com os mesmos só usam quando percorrem distâncias que não fazem parte do seu mundo de relações.

(...) Quando vou a Durban uso passaporte bem carimbado porque se a polícia da Swazi te encontra bem distante sem documento não perdoa prende e, quando isso acontece ficas tramado porque só no dia que eles acham para te devolverem em Moçambique e as vezes já podes sair de Ressano..., mas não são essas voltinhas daqui que vou usar passaporte, isso não tem sentido porque entro sempre para aqui perto” (Joel de 35anos de idade, residente em Namaacha).

Com ideia similar, Ermelinda de 25 anos de idade residente em Ximuchuanine disse:

(...) Eu não posso usar passaporte para ir visitar meu tio que vive aqui perto. Se fosse para longe aí sim (...) mas também quantas vezes terei que fazer isso porque vou e volto com frequência.

Foi a partir da conversa acima ilustrada que perguntei qual a distância que a entrevistada considerava longe e que sentia a obrigação de usar o passaporte porque esta ideia aparecia em todos depoimentos dos entrevistados. Sendo assim foram unânimes em afirmar que quando falam de longe, referem se depois de Lomaacha para caso de Namaacha e depois de Mbuzini e Nantsi para caso de Macuacua.

Os dados da secção acima ilustrados deixaram a entender que a população do contexto pesquisado tem suas formas de definir limites baseada nas relações, onde acha absurdo o uso do passaporte para pequenas distâncias porque é nesses locais onde se encontra sua família, onde compram vários produtos e fazem cultos religiosos, mas para irem a locais como Durban, Nelspruit e Johannesburg sente a obrigação de portar este documento devidamente autenticado. A população define limites através da continuidade das suas relações mas, para os locais acima mencionados os tipos de identificação que são mencionados na secção a seguir não tem efeito.

Diferente do estudo feito por Campigoto (2008) a qual está patente a partir de uma perspectiva histórica que a fronteira não existe e que “aqui” e “lá” não tem diferença, este trabalho mostra através do dia-a-dia como os residentes definem seus limites, como vivenciam essa experiência no dia-a-dia.

#### **6.4. Tipos de identificação e as autoridades na gestão da continuidade fronteiriça**

A presente secção mostra as formas de identificação que são adoptadas pelas autoridades fronteiriças na travessia da população local como forma de gerir a continuidade da vida da população, isto porque na linha de fronteira temos a Polícia de fronteiras como autoridade legitimada para zelar nesta parte, onde no exercício das suas actividades depara-se com outra realidade e vê-se obrigada a colaborar com esta população para poder desenvolver a sociabilidade no além-fronteiras.

Consegui observar ainda que no caso do povoado de Macuacua a população local passa da posição da Polícia de Fronteiras pedir autorização para se deslocar a Mbuzini frequentemente e

nalgumas vezes para Nantsi. Percebi ainda que existe uma boa relação com autoridade que zela pela linha da fronteira. A polícia colabora com a população local na deslocação da mesma, tanto para Lomaacha assim como para Mbuzini e Nantsi.

Ainda sobre esta ideia, em conversa com Chefe da Repartição de informação e plano no Regimento da polícia de fronteiras disse que a polícia trabalha em coordenação com a população local, onde denunciam sobre qualquer situação que acham anormal na zona fronteiriça, daí que a passagem fronteiriça da mesma é feita mediante o reconhecimento das pessoas que vivem naquele povoado porque passam constantemente do local, vivem e coordenam com a polícia, formas de fala e apelidos dos residentes desta zona.

No dia 10 de Janeiro de 2014, quando me encontrava na posição da polícia de fronteiras em Macuacua, chegou neste local uma senhora vinda da direcção Mbuzini-Macuacua e cumprimentou a autoridade e disse: Ndzia Vushela Gogo le ka Nlhamine<sup>6</sup>. A referida senhora foi autorizada, daí que perguntei o polícia sobre esta forma de identificar, tendo respondido nos seguintes termos:

Já conhecemos as pessoas que vivem nestes bairros vizinhos, porque eles atravessam quase todos ao dias e com frequência para Mbuzini e vice-versa e na maior das vezes os que vem de Mbuzini costumam chamar de apelido a pessoa com quem vão ter, para além disso as pessoas daqui falam uma língua misturada (Policia de 33 anos, posição de Macuacua).

No que concerne a formas de fala, constatei que desenvolveu-se um tipo de linguagem que resultou da interacção desse povoado fronteiriço e que criou códigos normativos e simbólicos que lhes permite interagir como me referi anteriormente. Esta linguagem é também partilhada pela autoridade que de certa forma lhe permite identificar esses residentes.

Nos também fomos obrigados a aprender a língua daqui para facilitar o nosso trabalho, isto porque você pode interpelar alguém e lhe abordar em português, mas muitas das vezes te respondem nessa língua, agora se não sabes falar é complicado por isso a

---

<sup>6</sup> "Ndzia Vushela gogo le ka Nlhamine" frase na língua local que significa vou visitar vovó na família Nlhamine (Tradução livre).

maneira de falar também ajuda a identificar pessoas daqui (Polícia de 29 anos, posição de Macuacua).

O depoimento acima trazido mostra que os Polícias por estarem inseridos naquele ambiente também assimilam as vivências dos residentes.

Um outro exemplo que reforça a ideia de que a forma de falar é também uma das maneiras de identificar os residentes encontra-se plasmada na conversa com polícia de 42 anos, afecto na fronteira de Namaacha quando questionei sobre a possibilidade de chegar alguém residente em outro local fora da zona fronteiriça que conhece a maneira de falar daquela zona, onde teria reforçado a ideia do outro colega de que fora da maneira de se expressarem conhecem as pessoas daquela zona porque convivem com elas dia após dia.

Alguns residentes de Macuacua deslocam-se a Namaacha e Lomaacha e prestam ajuda no transporte de mercadorias dos *mukeristas*. Por vezes compram produtos da 1ª necessidade em Lomaacha e noutras vezes em Mbuzini visto que Macuacua não dispõe de infraestruturas básicas para os residentes, tal como afirmou um dos entrevistados.

(...) Tal como vês, aqui em Macuacua não temos hospital, a única loja que temos não tem tudo e os preços são elevados por isso somos obrigados a ir a Mbuzini comprar outras coisas baratas e passamos pedir autorização na polícia, eles aceitam porque nos conhecem (Titos de 32 anos, residente em Macuacua).

Em Macuacua existe uma loja que vendem alguns produtos de consumo e em sua frente é terminal de chapas que saem do posto de travessia de Namaacha. Sobre a relação com autoridades, o régulo assegurou-me que:

As pessoas que trabalham na fronteira sabem que nos que estamos cá e aqueles que estão lá somos as mesmas, e não posso dar volta entrar de Ressano Garcia para visitar minha família que estou a ver ali doutro lado (...), nós vamos sempre porque as vezes temos cerimónias e vários assuntos para tratar, seja cerimónias familiares e muitas outras coisas.

O trecho da conversa com o régulo mostra a colaboração da autoridade para que a continuidade aconteça e a sua ideia é reforçada com Elina de 38 anos de idade, residente em Namaacha quando acrescentou:

(...) Aqui no posto não temos tido problemas para irmos a Lomaacha porque eles sabem que aqui não tem nada, tudo apanhamos lá, só por vezes os polícias da Swazi e que nos complicam e se querem chatear prendem e devolvem- te de carro parece gaiola.

Os depoimentos desta secção ilustram que a identificação não é documento, na medida em que no contexto pesquisado, a autoridade encontrou uma forma de identificar a população local como forma de colaborar e gerir a continuidade desta população. As travessias são feitas mediante o reconhecimento da população local, pois, passa constantemente da fronteira, a forma de falar baseada na mistura linguística também é uma das formas e por fim os apelidos.

Se por um lado Torpey (2000) e Galloro (2011) mostram que as travessias de fronteiras acontecem mediante o uso do passaporte, por outro lado Alves (1993), Balsamo (2009), Martins (2011), Araujo e Muanamoha (2001), Muendhane (2006) e Fusco (2009) mostram que existem travessias clandestinas que acontecem na situação de contorno do controlo das autoridades.

No contexto da presente pesquisa a identificação é feita mediante o reconhecimento das pessoas que pretendem atravessar a fronteira, identificação essa feita com base na linguagem e acento linguístico e apelidos dessas pessoas. Como podemos notar para além da identificação por meio do bilhete de identidade ou passaporte autoridades e as pessoas do contexto combinam outros elementos que permitem identificar e garantir a transitabilidade das mesmas nos espaços de continuidade social mesmo quando esta esteja para além da fronteira administrativa que separa Moçambique da África do Sul ou da Swazilândia. Nesse contexto travessias clandestinas são aquelas que transcendem a lógica aqui presente e nesses casos.

## 7. Considerações finais

A análise da continuidade social dos residentes fronteiriços em particular de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini foi o ponto de partida deste trabalho. Da literatura consultada, o assunto sobre fronteiras é discutido a partir de três perspectivas, a primeira das quais apresenta a fronteira como uma linha de ruptura entre dois países com respectivos povos. A segunda, que partilha a ideia de que fronteira marca ruptura, defende porém que apesar da referida ruptura existe uma interação e trocas culturais entre os residentes de cada um dos países que partilham a fronteira. Por fim, a terceira perspectiva analisa a fronteira como um espaço de continuidade.

As primeiras duas primeiras perspectivas se por um lado permitem compreender que a linha da fronteira corta as relações sociais, por outro lado não abrem espaço para compreender outros sentidos de fronteira. A terceira perspectiva por analisar fronteira a partir de uma perspectiva histórica como construção do estado moderno e que para os residentes não existe, nos remete a pensar que existe uma pré-estrutura explicativa que permite compreender as acções dos indivíduos e não abre espaço para compreensão sobre como as pessoas vivenciam a fronteira no dia-a-dia, como manipulam e como constroem o senso de limite.

Com base nas observações, entrevistas e conversas informais ilustro que se por um lado a fronteira administrativa separa a população de Namaacha e Lomaacha, Macuacua e Mbuzini, por outro lado no quotidiano as suas relações se estendem para além das referidas fronteiras. Assim, do lado de Namaacha o limite dessas relações ocorre em Chimuchuanine e do lado de Lomaacha em Simunye; do lado de Macuacua o limite é Cocomela e do lado de Mbuzini é Mlhume todos bem para o interior de cada país, a partir das fronteiras administrativas que separam os países. A população desses locais enquanto estiver dentro desses limites considera estar no seu espaço de pertença, no qual desenvolvem suas estratégias de reprodução social de tal forma que só consideram estar no estrangeiro quando ultrapassam esses limites e apenas nessas situações julgam necessário usar passaporte.

Os resultados mostram como os limites são construídas socialmente, com recurso a uma experiência de interação das pessoas que se perde no tempo, e de forma diferente daquela estipulada a partir de mecanismos administrativos, aspectos a serem aprofundados em pesquisas futuras junto com formas de identificação em regiões de fronteira.

## Referências

Araújo, Manuel & Muanamoha, Ramos 2001. Migração Indocumentada de Moçambique para Africa de Sul: Impacto socioeconómico nas comunidades de origem. In: Peixoto, João e Fernandes, Duval. *Migrações*:165- 186. Associação das Universidades de língua Portuguesa (AULP): Artes Gráfica Lda.

Almada, José. 1943. *Tratados aplicáveis ao Ultramar*. Lisboa: Agência geral das colónias. Vol. V.

Albuquerque, José. 2009. “A dinâmica das fronteiras: Deslocamentos e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais”. *Horizontes Antropológicos*. Vol.15 no.31. Pp:4-25. Disponível na Internet em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000100006>. acesso em 30 de Janeiro de 2015.

Alves, Jorge F. 1993. *Normas, Problemas e Desvios- Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto.

Bálsamo, Pilar. 2009. “Perigo é não perigo: Experiências de viajantes Clandestinos em navios de carga no atlântico Sul”. Dissertação de Doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande.

Carmina, Cavaco. 1997. *Fronteira Portugal-Espanha e individualidade territorial*. Universidade de Lisboa: CEG publicações.

Campigoto, José A. 2008. “Narrativas e culturas de fronteira na América do Sul”. *Revista de história*. 2(13): 379-409.

Correia, Vanda. 2005. *O design da interação social on-line*. Instituto de Porto alegre.

Decreto nº 13/2008 de 29 de abril. Aprova o passaporte biométrico. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Ferreira, Fernanda et al. 2008. “África de ontem, Africa de hoje, Resquícios de permanência?”. *Revista de história contemporânea*. 2 (1): 34-62.

Ferreira, Stael. Silva, Rosangela. 2012. “Contacto linguístico na fronteira Brasil-Bolívia: Híbridões Étnicas, culturais e sociais”. *Estudos Históricos*. 9 (2):6-98.

Ferreira, J.M. Carvalho et al. 1995. Teorias Sociológicas contemporâneas. In: *Sociologia*: 16-48. Portugal: McGraw-Hill.

Fusco, Wilson. 2009. Brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. In: *I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior*: 259-278. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Galloro, Rogério. 2011. “O passaporte como instrumento de garantia e de constrangimento dos direitos do cidadão: um estudo histórico sobre o passaporte brasileiro”. Dissertação do curso de especialização em Relações Internacionais. Brasília: Instituto de relações internacionais da universidade de Brasília.

Gil, António. 1987. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, São Paulo: Atlas S.A.

Goffman, Erving. 2012. “Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face”. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ 2002. “A Representação do Eu na vida cotidiana”. Petrópolis: Vozes.

Hagerty, Markel e Patusky, Keisy. 1995. “Developing a Measure of Sense of Belonging”. *Article in Nursing research*. Nr15.pp: 1-7. Disponível na internet em: <http://www.researchgate.net/publication/15335777> acesso em 18 de Março de 2015.

Macdonald, Andrew. 2014. *Forging the frontiers: Travels and documents on the South Africa-Mozambique Border, 1890s-1940s*. University of the Witwatersand.vol.40.

Machado, Lia. 1998. Limites, Fronteira e Redes. In Strohaecker e outros (orgs). *Fronteiras e Espaço Global* : 41-49. Porto Alegre: AGB.

Martins, Rosiane. 2011. “ Tem Gente atravessando? Notas Etnográficas sobre travessias de migrantes brasileiros em situação clandestina para Guiana Francesa”. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro em Ciências Sociais*. PPGCS-UFBA. Pp: 2-82.

Ministério da Administração Estatal. *Perfil do Distrito de Namaacha, Província de Maputo*. Edição 2005.

Muanamoha, Ramos. 2011. Padrões da migração laboral indocumentada de Moçambique para África de Sul. In: *Economia, Política e Desenvolvimento* 99-132. UEM: Cap.

Muendhane, Bernardo. 2006. “A dinâmica Migratória de Moçambicanos para Swazilândia e transformações socioeconómicas nas comunidades locais de Namaacha,1984-1992”. Dissertação de licenciatura. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

Mutua, Makau. 1995. *Why redraw the map of Africa: A moral on legal inquiry*. Michigan journal of internacional law.vol.16.

Palma, Glória Maria. 2004. “O Interacionismo nas Pesquisas Linguísticas: Características e Procedimentos”.

Peirano, Mariza. 2002. “This horrible of papers: documentos and national values”. Universidade de Brasília. *Série antropológico*. Pp:32-62.

Patrício, Marta. 2014. “A fronteira Moçambique-Zimbabwe e os Ndaus: Práticas e representação transfronteiriça no Distrito Moçambicano de Mossurize (1975 à actualidade) ”. *Cadernos dos Estudos Africanos*. 27 (8): 79-102.

Sánchez, Andréa. 2002. “A fronteira inevitável: Um estudo sobre as cidades fronteiriças de Rivera (Uruguai) e Santana Livramento (Brasil) a partir de uma perspectiva Antropológica”. Dissertação de Doutoramento. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e ciências humanas.

Serangonha, Alexandre. 2010. “Identificação, Pertença e Cidadania na pós-modernidade. Experiências e narrativas transnacionais de um sujeito Guineense”. Dissertação de mestrado. ISCSP: Universidade Técnica de Lisboa.

Sousa, Rita e Oliveira, Ana. 2013. “As cidades fronteiriças na América do sul: Polémicas e conflitos com o centro Oeste Brasileiro”. *Revista Tamões*. 10 (3): 67-87.

Torpey, John. 2000. *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state*. Cambridge. Cambridge University Press.

Thornton, Robert. 2008. *Unimagined Community and others imagining: Sex, networks, and AIDS in Uganda and South Africa*. University of California Press.

Zamboni, Vanessa et al. 2014. “Memórias, etnias e trajetória social de moradores do bairro restinga, periferia do Porto alegre”. *Estudo antropológico*. 104 (2): 2-36.

## **Lista de Entrevistados**

1. Belarmino, 29 anos de idade, Natural de Maputo, solteiro, polícia afecto em Macuacua, residente em Maputo.
2. Elina, 38 anos de idade, Natural de Namaacha, vive maritalmente com cidadão de nacionalidade Moçambicana, camponesa, residente em Namaacha, tem cinco filhos registados em Moçambique, professam religião protestante em Lomaacha, Swazilândia.
3. Ermelinda, 25 anos de idade, Natural de Namaacha, Solteira, carrega mercadoria, residente em Ximuchuanine, mãe de uma filha registada na Swazilândia, professa religião protestante em Namaacha.
4. João, 54 anos de idade, Natural de Namaacha, casado, esposa de nacionalidade Moçambicana, Policia, residente em Namaacha, tem quatro filhos registados em Moçambique.
5. Joel, 35 anos de idade, Natural de Gaza, vive maritalmente com cidadã de nacionalidade Swazi, professor, residente na vila de Namaacha, tem dois filhos registados em Moçambique. A esposa professa a religião protestante em Lomaacha, Swazilândia.
6. Marta, 33 anos de idade, Natural de Maputo, casada com cidadão de nacionalidade Moçambicana, residente em Boane, Polícia afecto em Macuacua, tem três filhos registados e Moçambique.
7. Maria, 39 anos de idade, Natural de Namaacha, viúva, residente em Macuacua, carrega mercadoria, tem três filhos de pai de Nacionalidade Sul Africana, professa religião protestante em Mbuzini, África de Sul.
8. Nando, 19 anos de idade, Natural de Namaacha, solteiro, residente em Namaacha, comerciante.

9. Nelson, 42 anos de idade, Natural de Niassa, vive em união marital com cidadã de nacionalidade Moçambicana, policia, residente em Namaacha, tem três filhos registados em Moçambique.

10. Sithembisso, 20 anos de idade, solteiro, Natural e residente em Mbuzini, estudante.

11. Sithole, 56 anos de idade, casado, Natural de Namaacha, comerciante, residente em Cocomela, tem seis filhos dos quais quatro com a 1ª esposa de nacionalidade Moçambicana e dois com a segunda esposa de Nacionalidade Swazi. Todos filhos foram registados na Swazilândia e professam religião protestante em Lomaacha, Swazilândia.

12. Thanda, 49 anos de idade, casada com cidadão de nacionalidade Moçambicana, Natural de Lomaacha, enfermeira em Lomaacha, residente em Cocomela, tem dois filhos registados na Swazilândia e professa religião protestante em Lomaacha, Swazilândia.

13. Titos, 32 anos de idade, vive em união marital com cidadão de Nacionalidade Moçambicana, Natural de Namaacha, Comerciante, residente em Macuacua, tem dois filhos registados em Moçambique, professa religião protestante em Mbuzini, África de Sul.